

Revista  
Portuguesa de  
História  
Militar



Ano III - n.º 4  
Junho 2023

# Revista Portuguesa de História Militar

Dossier:

Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945



**Revista Portuguesa  
de  
História Militar**

**ANO III - N.º 4**

**PORTUGAL NO CONTEXTO DA  
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL  
1939-1945**

## RECEIOS, PRIVAÇÕES E MISÉRIA NUM AMBIENTE DE PREVENÇÃO ARMADA: ECOS DA II GUERRA MUNDIAL NOS AÇORES

Sérgio Rezendes

### Resumo

Isolados no Atlântico Norte, os Açores sempre padeceram em contexto de luta pelo domínio dos mares. Durante a II Guerra Mundial, esta realidade não seria diferente. A interação das autoridades civis e militares perante uma mudança imposta por pressões exteriores evidencia a especificidade e vulnerabilidade do seu povo mediante fatores de ordem externa e interna, anómalos ao país e induzidos pela guerra: bloqueio económico, falta de matérias-primas, de géneros alimentares, rarefação dos transportes, inflação, mercado negro, quebra de poder de compra e agitação social, entre mais. Com uma mobilização ímpar, as ilhas teriam graves dificuldades em sustentar a presença de um vasto contingente militar, que distribuído pelas três principais ilhas teria como função defendê-las independentemente das lacunas materiais e alimentares, humanas e financeiras. A reconversão do dispositivo militar, de paz para guerra, sobrecarregado pelas facilidades concedidas a povos estrangeiros, agravaria ainda mais uma economia dependente do exterior, expondo as ilhas a fatores como o bloqueio económico e a guerra submarina. Perante um Estado com poderes excecionais e autoritário, os militares e o povo conheceriam a rarefação, a insegurança e o encarecimento dos transportes, exemplos das múltiplas variáveis que assolariam o arquipélago e que fariam da capacidade de sacrifício dos açorianos, e de entendimento entre instituições, mais do que uma virtude: uma cumplicidade.

**Palavras-Chave:** Açores, II Guerra Mundial, Batalha do Atlântico, Economia de guerra

### Abstract

Isolated in the North Atlantic, the Azores islands have always suffered in

the context of the struggle for control of the seas. During the Second World War, this reality was no different. The interaction of the civilian and military authorities in the face of a change imposed by external pressures highlighted the specific nature and vulnerability of its people in the face of external and internal factors, anomalous to the country and induced by the war: economic blockade, lack of raw materials and foodstuffs, rarefaction of transport, inflation, black market, loss of purchasing power and social unrest, amongst others. With a unique mobilisation, the islands would have serious difficulties in sustaining the presence of a vast military contingent, which, distributed over the three main islands, would have the task of defending them regardless of the material, food, human and financial shortages. The reconversion of the military device from peace to war, burdened by the facilities granted to foreign peoples, would further aggravate an economy dependent on the outside, exposing the islands to factors such as economic blockade and submarine warfare. Faced with a State with exceptional and authoritarian powers, the military and the people would experience rarefaction, insecurity and increased transport costs, examples of the multiple variables that would devastate the archipelago and which would make the Azoreans' capacity for sacrifice and understanding between institutions more than a virtue: complicity.

**Keywords:** Azores, World War II, Battle of the Atlantic, War economy.

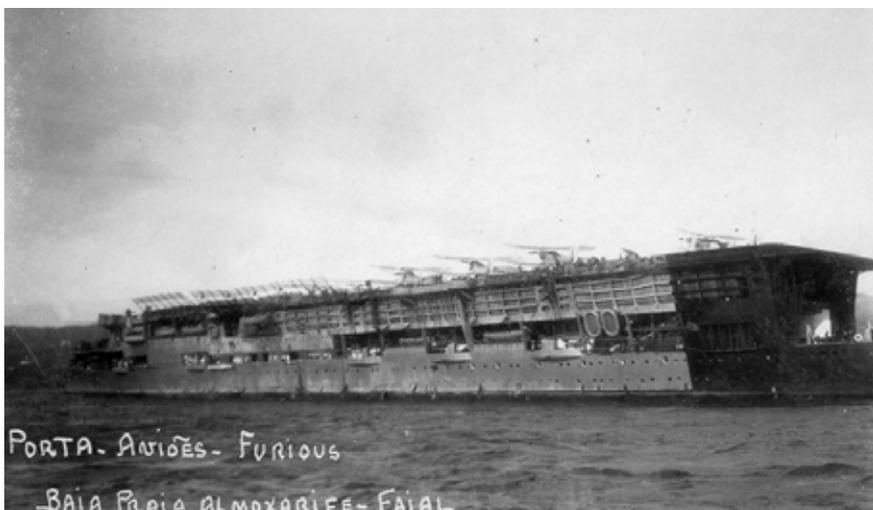
Dependente do equilíbrio e da dualidade ibérica, bem como da integridade do império ultramarino, Portugal, durante a II Guerra Mundial, viu-se forçado a defender a importância estratégica dos arquipélagos atlânticos nomeadamente a dos Açores. Zona de fronteira entre continentes, os beligerantes viam no arquipélago a hipótese de estabelecer portos e aeródromos para apoio dos seus planos militares, nomeadamente a Inglaterra, os Estados Unidos da América (E.U.A.) e a própria Alemanha, privilegiando-se as ilhas como área de passagem ou ligação entre as margens do Atlântico. A proteção do cabo telegráfico inglês, a viabilização dos comboios marítimos no Atlântico e a cobertura aérea das rotas eram razões para uma invasão inglesa aos Açores, tidas como uma alternativa a Gibraltar, caso caísse sob domínio alemão<sup>1</sup>. Dos 27 planos ingleses para a invasão das ilhas, destaca-se a Operação *Brisk*, bem como o plano *Rainbow5* americano e a operação *Félix* alemã que previa a ocupação dos Açores para robustecer a presença alemã no Atlântico e preparar um possível ataque aos E.U.A. Estavam criadas condições para ocupar o arquipélago, caso necessário ou mesmo possível, com ou sem consentimento do Estado português.

---

1 Antunes, 2005.



1. Passagem por Ponta Delgada do Almirante Karl Dönitz (1935). Col. Weitzenbaur; Rezendes, 2019.



2. Porta-aviões da Royal Navy HMS FURIOUS em Almozarife, Faial (1934). Col. Museu da Horta, Rezendes, 2019.



3. Ministro da Guerra alemão, Werner von Blomberg, em Ponta Delgada (1937). Col. Weitzenbaur; Rezendes, 2019.



4. Chegada de esquadra portuguesa a Ponta Delgada, sobrevoada por um Hawker Osprey III (1938). Col. R. Gonçalves; Rezendes, 2019.

Declarado o conflito, António de Oliveira Salazar decretou a neutralidade, reforçando os objetivos do Pacto Ibérico (1939). Dada a importância estratégica dos Açores, já evidenciada na I Guerra Mundial e o possível interesse estrangeiro, a comissão liderada pelo Brigadeiro Ernesto Machado teve como missão instalar as baterias de defesa de costa dos únicos portos atlânticos das ilhas (Horta e Ponta Delgada) num processo que só ganhou dinâmica com a queda da França. À transferência do Comando Militar dos Açores para Ponta Delgada (finais de 1939), Ernesto Machado equacionava já a privilegiada situação geográfica do arquipélago mediante o progresso da aviação e a sensibilidade mediterrânica<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Machado, 1959.

Com as tropas alemãs estacionadas nos Pirenéus (1940) e as efervescentes intrigas do outro lado da fronteira, desenvolviam-se boatos de uma iminente invasão aos Açores, assim como à capital, conduzindo ao reforço das guarnições insulares, a começar pela chegada à Horta do primeiro batalhão expedicionário, o de Infantaria n.º 66<sup>3</sup>. Em paralelo aos esforços diplomáticos e à Batalha do Atlântico, intensificou-se o dispositivo militar no Império, representando os Açores cerca de 26.500 soldados expedicionários para reforçar os cerca de 4.500 açorianos, totalizando um valor compreendido entre os 30.000 a 32.000 homens, distribuídos pelas ilhas guarnecidas de São Miguel, Terceira e Faial<sup>4</sup>. A sua defesa é concebida isoladamente, prestando apoio às restantes, se possível. O grande receio do Comando Militar dos Açores (CMA) era o de um ataque convencional, poderoso e simultâneo de tropas aerotransportadas e anfíbias, aos portos e aeródromos em conjugação com desembarques em vários pontos das ilhas, inclusive com recurso a blindados, o que obrigou a um vasto programa de obras de defesa e de instalação de meios antiaéreos, construindo-se aeródromos, posições de artilharia de costa, de campanha e antiaérea; quartéis de tropas; estradas; paióis e dispositivos de defesa de praias, varadouros e portos<sup>5</sup>.



5. Desembarque de um Batalhão de Infantaria em Ponta Delgada - II Guerra Mundial. Col. R. Soares; Rezendes, 2019.

Este reforço, solicitado pelas diferentes fações em conflito, preparava para além da defesa da soberania, uma eventual retirada do governo português para São Miguel, caso a capital caísse em consequência da operação *Félix*<sup>6</sup>. Em julho de 1940, o C.M.A. elaborava os planos iniciais de defesa dos três comandos de ilha que, no essencial, determinavam a defesa indiscriminada e a todo o custo. Do intenso reforço dos primeiros três anos, passou-se à rendição das tropas mais

3 Telo, 2003.

4 Menezes, 1988.

5 Rezendes, 2008.

6 Cruz, 2004.

antigas em 1943, reajustando-se os setores num dispositivo que estabilizou em três quartéis-generais; cinco comandos de regimento; 19 batalhões de infantaria; um batalhão de engenharia; três companhias de atiradores independentes; duas companhias de acompanhamento regimental; 24 baterias de artilharia; 10 companhias de engenharia independentes e três esquadrilhas de aviação<sup>7</sup>.

Este período é de particular importância pelo clímax na Europa e na Batalha do Atlântico, assinalando a sua fase final o desembarque aliado no norte de África e o avanço dos porta-aviões de escolta americanos, limitando a ação dos submarinos e reabastecedores alemães, retirando pressão à ocupação dos Açores para fins ofensivos, marcando uma nova fase na história do conflito nas ilhas e nas relações com os Aliados. Datam desta segunda fase as exceções às ilhas guarnecidas, registando-se destacamentos militares em Santa Cruz da Graciosa e Vila do Porto em Santa Maria, pelo menos entre 1944 e inícios de 1946.

Contudo, a fase mais crítica para as ilhas remonta ao período de 1939-1942. O descontrolo do segredo militar e a ação da Quinta Coluna conduziram, inclusive, a um Estado de Sítio em São Miguel (1942) que, chocando a população, contribuiu para disciplinar civis e militares até ao final do conflito. Apesar da crítica, o Brigadeiro Carlos Maria Ramirez atestava uma Quinta Coluna já reconhecida pela espionagem, pelo Brigadeiro Ernesto Machado, criador do Serviço de Informações nos Açores e por Santos Costa, nas suas duras missivas ao Brigadeiro-general Marques Godinho (1940/1941), conhecendo-se boatos, sons e atividades suspeitas, para além de um ataque aos paióis dos dois ramos, na Vila das Capelas (São Miguel).

Em resultado, desenvolve-se precocemente a Repartição de Censura Postal e Telegráfica nas ilhas, entre 13 de abril de 1942 e 18 de agosto de 1945, conhecendo-se duas fases distintas, divididas pelo convénio anglo-luso. Aperfeiçoada por duas portarias em 1943 e pela criação da Direção da Censura Militar em Lisboa, que centralizaria a estrutura nacional, por altura do desembarque das tropas inglesas na Terceira, é tida como ótima nos domínios civil e militar. No final do conflito, a Censura à correspondência nos Açores era extramente eficaz, mesmo em relação às tropas estrangeiras, extinguindo-se de forma gradual a partir de maio, começando pela escrita, seguindo-se a telefónica e, por fim, a telegráfica, dois meses após o seu término na Madeira e Cabo Verde.

## **O dispositivo<sup>8</sup>**

A génese resulta de um plano elaborado por uma missão de Estado-maior do Ministério da Guerra durante o ano de 1941, sofrendo ajustes à medida que novos ventos se desenvolvem no conflito e na diplomacia portuguesa. Apesar das imperfeições, é um facto que condicionou a ação dos beligerantes, levando-os a

<sup>7</sup> Rezendes, 2008.

<sup>8</sup> Rezendes, 2019.

ter de preparar uma invasão ao nível de divisão, sendo de concluir que cumpriu a sua missão.

Prevenção, alerta e alarme eram os estados de preparação para o combate, a assinalar pelo C.M.A. ou pelos comandos de ilha, a retransmitir por rede telefónica civil, militar, meios óticos, bandeiras, estafetas ou rádio. O C.M.A. previa um ataque por qualquer das partes, contando com a chegada de recursos, a crescer progressivamente, pela outra parte. Em outubro de 1942, a ameaça pairava sob a forma de dois blocos, um anglo-americano assente em expedições marítimas com o apoio de forças navais, aeronavais e tropas aerotransportadas, e o segundo pelo Eixo, com incursões por mar e ar, de objectivo limitado e ataques submarinos à navegação próxima ao arquipélago. Contaria com o lançamento de paraquedistas no interior das ilhas ou na retaguarda das Posições de Resistência (P.R.) do litoral, tentando forçar a frente marítima com uma ação principal ou mais (de diversão), precedidas e acompanhadas por intensos bombardeamentos aéreos e marítimos, de preparação e apoio ao ataque.



6. Excerto do plano sumário para observação aérea do sector central, São Miguel (1943). Col. CDZMA; Rezendes, 2019.

Para o evitar, havia que atuar à maior distância litoral, desativando em primeiro lugar os transportes de tropas e só depois as escoltas, justificando-se a construção de um elevado número de P.R. ao longo da costa das ilhas guarnecidas bem como de baterias de defesa de costa sob os dois portos atlânticos. Com missão primária de defesa dos portos, o material de 15 cm foi reforçado por outro de menor calibre, fixo ou móvel, de costa, campanha e antiaéreo, caso das 9,4 cm

m/940 próximo às três cidades. Com a mesma importância, a cobertura aérea com unidades de aviação e de Defesa Territorial Contra Aeronaves dependentes do Comando de Aeronáutica, devendo os fogos ser tão intensos quanto possível.

Uma vez rompida a linha de defesa sob praias e portos, entraria em ação uma segunda linha de defesa assente em P.R. à retaguarda, cuja missão prioritária era a proteção antiaérea e contra paraquedistas, alimentada por uma Reserva Geral de sector, sustentada por outra de ilha, convenientemente articuladas por itinerários que permitiam um conjunto de ações no interior ou mesmo o contra-ataque e a retoma/manutenção dos P.R. de primeira ordem no litoral, prolongando a resistência e aumentando a profundidade dos fogos em caso de perda dos P.R. principais, barrando o desembarque e a progressão do IN antes de chegada às áreas de capital importância, os grandes portos e aeródromos. Em caso extremo, cabia também à Reserva Geral a derradeira resistência em redutos convenientemente estudados, sem opção de recuo e com o propósito de ganhar tempo para a chegada de tropas amigas.

### **Organização<sup>9</sup>**

O Comandante Militar dos Açores, sediado em Ponta Delgada, acumulava com o de Comandante Militar de São Miguel, individualizando-se em 1942. Pelo decreto n.º 32.190 de 12 de agosto, dispõe de general e Quartel-general. Eram os Comandos Militares de São Miguel (C.M.S.M.), Terceira (C.M.T.) e Faial (C.M.F.) seus dependentes, conhecendo em caso de aniquilamento, sucessor no comandante do C.M.S.M. Como Comandante em Chefe das Forças instaladas nos Açores, a Carta de Comando (1943) previa, para além da elaboração do plano de operações e a condução das operações; o Governo Militar do arquipélago; a alteração da Ordem de Batalha; a nomeação, exoneração ou transferência do pessoal militar ou civil, bem como a conclusão de convenções, tréguas ou suspensão de armas que não envolvessem preliminares de paz, esgotamento de forças ou se, por autorização do Governo. Por Governo Militar era entendida a jurisdição sobre as praças de guerra, forças e autoridades militares de terra, mar e ar pertencentes às forças em operação e localizadas nos Açores. Detinha também a superintendência e jurisdição militar sobre a Segurança Pública, incluindo as delegações da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, Guarda-fiscal, Legião Portuguesa, C.T.T., Censura, mão-de-obra mobilizada e em caso de emergência, os organismos corporativos e de coordenação económica visando assegurar as carências.

Aliada à faculdade de autorizar, em quaisquer circunstâncias, a importação de material de guerra ou aprovisionamentos, podia suspender e proibir desembarques de mercadorias (ou obras), fixando o *preço justo* na regulação das requisições de pessoal, animais e outras, cabendo aos Governadores Civis o cumprimento das

<sup>9</sup> Rezendes, 2019.

suas disposições. Se, em situação normal, as relações se pautavam como normais, em caso de agressão e não estando presentes todo ou parte do Governo, as autoridades civis, Juntas dos Distritos Autónomos, autoridades alfandegárias e delegações públicas ficariam sob sua dependência e autoridade direta.

Do ponto de vista administrativo, detinha competência igual à do Administrador Geral do Exército bem como, para efeitos de justiça e disciplina, de Comandante de Região Militar. Adstritos, duas Repartições de Estado-maior e os seguintes comandos: Transmissões, Artilharia, Engenharia e Aeronáutica, cada qual com um comando de ilha. A coordenação dos serviços cabia ao Chefe de Estado-maior (C.E.M) do C.M.A. em articulação com os C.E.M. de ilha, podendo serem descentralizados em estado normal.

Segundo as instruções especiais do Chefe da Repartição de Justiça do C.M.A., em caso de ataque o Serviço de Justiça ficaria a cargo do Comando de Justiça de ilha e o Serviço de Polícia, com a Defesa Civil do Território. O Serviço de Transportes e circulação ficariam sempre, a cargo da 2.<sup>a</sup> Repartição ou do Adjunto do Estado-maior.



7. Posição de Resistência na Agualva, ilha Terceira (c. 1944). Col. CDZMA; Rezendes, 2019.

O Comandante Militar de São Miguel superintendia a defesa geral da ilha que se acreditava ser a principal a tomar pelo inimigo, apoiando-se em três comandos de sectores (e subsectores), intitulados de Oeste, Este e Central, cabendo aos dois primeiros, impedir a progressão para o Central. Se impossível, manter os extremos da ilha em condições de receber tropas amigas, desestabilizando o inimigo sempre que possível, impedindo a sua fixação. O mesmo acontecia com Terceira e Faial, privilegiando-se a defesa de Lajes, Angra do Heroísmo e Horta, com especial atenção a áreas como São Sebastião ou Praia do Almoxarife.

A mudança dos ventos de guerra em 1943 implicou a mudança da política internacional portuguesa em relação aos Açores, autorizando-se a instalação em Lajes, do *Contingente Britânico*, facilitando-lhes o acesso a Santana e aos portos de Ponta Delgada e Horta. Tornando-se necessário ampliar a pista, o Estado permitiu o prolongamento por parte de forças americanas a partir de julho de 1944, acabando por autorizar a construção do aeroporto em Santa Maria em contrapartida pela libertação e reconhecimento da soberania nacional em Timor. Para acompanhar os trabalhos, surge o Comando Militar de Santa Maria, independente do C.M.A. Com Quadro Orgânico publicado em novembro de 1944, foi-lhe atribuído uma companhia de atiradores, a dois pelotões do II Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 18 que se manterá na ilha após a desmobilização do Regimento, bem como de uma companhia de Defesa Terrestre Contra Aeronaves do Regimento de Infantaria n.º 11.



8. Armstrong CTR 15 cm, em Espalamaca, Faial (c. 1944). Col. A. Trancoso; Rezendes, 2019.

### **A coordenação com a Marinha, Aeronáutica, forças auxiliares e autoridades civis<sup>10</sup>**

Apesar de alguma expressividade, a Marinha Portuguesa de pouco podia contribuir para a defesa dos Açores, o mesmo acontecendo com a Aeronáutica. Recaía sobre o Exército a responsabilidade da defesa das ilhas, apoiado pelo subordinado Comando de Defesa Marítima dos Açores (1941), situação que se altera em 1942, pautando-se pela colaboração e estreita ligação a quebrar apenas, na emergência do Comando-Chefe da Defesa pelo C.M.A., passando este a coordenar as forças armadas no arquipélago.

<sup>10</sup> Rezendes, 2019

O Comandante da Defesa Marítima dos Açores (C.D.M.A.) exercia o Comando Superior das Defesas Marítimas, fixas ou móveis, bem como as unidades aeronavais, encontrando-se em matéria de execução tática, dependente do C.M.A. Assegurando aconselhamento naval, tinha uma forte participação no sistema de alerta ao C.M.A. e comandos de ilha, à ação da Quinta Coluna ou vigilância aeronaval passíveis de atentar ao dispositivo e missão de D.T.C.A. Aos Capitães de Porto, seus delegados, havia que manter estreita ligação com os comandos de ilha, tutelando a jurisdição marítima para efeitos disciplinares, fiscais e policiais, à semelhança das entidades aduaneiras, com ação restrita quando próximos de organizações defensivas do Exército.

A Aviação Naval iniciou as suas operações com carácter estritamente militar entre Lisboa e as ilhas adjacentes a 16 de dezembro de 1940, visando elaborar ainda nesse ano, um relatório sobre a criação de estruturas aeronavais em Ponta Delgada. À revelia da missão oficial, mas provavelmente como missão primária, havia que provar a capacidade de deslocar para esta cidade o Estado Português, em caso de perda da capital. Desta missão resultou um contingente de *Grumman G-21-B* e *Avros 626* a operar a 4 de junho de 1941, designado como Centro de Aeronáutica Naval em Ponta Delgada em 1943, já com condições satisfatórias. Tinha como missão o transporte de correio, vigilância, busca e salvamento de náufragos e para uma das aeronaves, o levantamento fotográfico das ilhas em colaboração com o navio hidrográfico *D. João de Castro*. Utilizados em exercícios de adestramento nas ilhas guarnecidas, interagiram com os contratorpedeiros responsáveis pela vigilância, patrulha e salvamento de náufragos, casos do *Vouga*, *Têjo*, *Dão*, *Lima* e *Pedro Nunes*.

A Marinha também contribuiu por intermédio da Estação Radiometeorológica da Horta, apoiando aviadores e mesmo a frota bacalhoeira na Terra-Nova, ao executar os serviços de meteorologia; radiotelegrafia; radiogoniometria e radiofarol, contando também com uma importante estação rádio naval em São Miguel; o *Posto Rádio Naval* em Lages das Flores e um pequeno posto de radiofonia, em Santa Maria.

O reforço militar às ilhas assegurou um efetivo mínimo de meios aéreos terrestres ao mobilizar duas esquadrilhas de caças (1941), estacionando a Esquadrilha de Aviação de Caça n.º 1 no aeródromo de Santana, em Rabo de Peixe (B.A. 4) e a Esquadrilha de Aviação de Caça n.º 2 em Lajes, na Terceira (B.A. 5). A eficácia da Arma de Engenharia rapidamente permitiu a operação dos *Gladiator* que as equipavam, iniciando-se em relativamente pouco tempo os treinos e reconhecimentos aéreos. Destacamentos de Infantaria integraram-se nas unidades de aeronáutica de modo a garantir a segurança de instalações e meios, bem como unidades de artilharia. Para a sua defesa, desenvolveu-se o Comando da Aeronáutica e da Defesa Terrestre Contra Aeronaves dos Açores (D.T.C.A.), separando-se em 1942, a componente técnica (instrução e manutenção) da operacional, ficando a primeira a cargo do Comando Geral de Aeronáutica por

intermédio do Comando de Aeronáutica dos Açores e a segunda sob alçada do C.M.A. Em fevereiro desse ano, Santana seria reforçada com uma patrulha de bombardeiros *Junkers 52* conhecendo-se doravante e ocasionalmente, a substituição de algumas aeronaves e novas designações embora na prática, as infraestruturas e efetivos fossem mais ou menos os mesmos, apoiados por três postos de rádio do Exército.



9. Soldados do Exército Português (1942). Col. J. Costa; Rezendes, 2019.

A Aeronáutica Militar nos Açores tinha como missão o reconhecimento da nacionalidade e movimentação de forças navais ou aéreas e se necessário, atuava contra aeronaves que não respeitassem os sinais de identificação. Em situação de *Alarme*, as aeronaves deveriam estar em condições de assegurar as comunicações entre o C.M.A. e os comandos militares subordinados bem como para executar as seguintes tarefas por ordem de urgência: 1) ataque à aviação inimiga hostil, abatendo por ordem de prioridades os aviões de transporte de tropas; caças; aparelhos de bombardeamento e aviões de reconhecimento; 2) ataque a navios inimigos, em especial os de transporte de tropas; 3) ataque a forças de desembarque em cooperação com as forças terrestres; 4) ataque a objectivos terrestres nas ilhas não guarnecidas, se ocupados; 5) proteção ao transporte/desembarque de tropas portuguesas e assegurar a proteção à Marinha Portuguesa em missões de reconhecimento e combate.

Oficialmente pela portaria n.º 10.414 de 16 de junho de 1943 sob dependência dos Comandos Militares de ilha, os comandos distritais da Legião Portuguesa nas três cidades ficaram encarregues da Defesa Civil do Território, cooperando diretamente e ativamente quando declarado o Estado de Alerta ou de Alarme na

organização de socorros, evacuações, alertas contra ataques aéreos, ocultação de luzes, trânsito e defesa de centros vitais como civis, de comunicações, economia, terrenos abordáveis pelo ar e concentração de estrangeiros. Estruturados por sectores correspondentes às freguesias, a Legião Portuguesa empenhou-se no espinhoso papel de preparar moralmente as populações e vigiar, em cooperação com os ramos, todas as ilhas. Para melhor desempenho, ficaram também subordinados ao Comando de Aeronáutica e respetivos comandantes de D.T.C.A. podendo contar com a cooperação da Guarda-fiscal e Polícia de Segurança Pública a partir do Estado de *Alerta* e *Alarme*, representando os comandos militares, a propósito da apreensão dos poderes civis, junto da população.



10. Vickers-Armstrong 9,4 m/940 da 9.ª Bateria Expedicionária do GACA 1, em Corujeira, Relva (Ponta Delgada, c. 1944). Col. R. Soares; Rezendes, 2019.

### Considerações finais

O sucesso da guerra-relâmpago levou a que o Estado português despertasse de uma letargia na defesa dos Açores por ser fronteira reconhecida entre beligerantes e evidente reduto para um continente português ameaçado. A coberto da necessidade de assegurar a neutralidade e soberania, o arquipélago conheceu nos primeiros três anos do conflito, o maior contingente militar no menor tempo da sua história, pautando-se até ao final por acertos, rendição e gradual desmobilização das tropas. Com os transportes marítimos condicionados às exigências inglesas, senhores da guerra de superfície no Atlântico e tutelados por um Estado que priorizou a componente militar em detrimento da economia das ilhas, o gradual controlo do Atlântico Norte pelos Aliados, mercê não só dos porta-aviões de escolta como da miniaturização do radar; da descodificação do código *Enigma* e da melhoria dos sistemas de escolta (contando com o apoio de Lajes, na Terceira), permitiram uma nova interpretação (1943) do papel dos Açores já não como fronteira mas como elemento de ligação entre continentes e

apoio ao patrulhamento ao Atlântico Central.

José Enes revela-nos em *História dos Açores*<sup>11</sup> um arquipélago com uma agricultura atrasada e indústria incipiente, com dificuldades de exportação, escassez de capital, falta de mão-de-obra qualificada e infraestruturas, podendo apenas contar com dois portos capazes. Apesar das boas intensões dos autarcas, poderes autónomos e normalmente dos governadores-civis, era factual a incapacidade de obter receitas a partir de uma população pobre, envolvida numa economia débil e já de si, sobrecarregada de impostos. Ilhas sobrepopoadas, com escassa capacidade de gerar emprego, mal conseguiam assegurar a alimentação das suas gentes, tendo a ilha de São Miguel como mais expressiva da sua frágil indústria, numa série limitada de produtos, dependente dos escassos e periclitantes transportes, agravada pela perda dos mercados internacionais, entretanto em economia de guerra.

A chamada dos poucos quadros técnicos ao serviço militar obrigatório, lançou a população numa crise de múltiplas frentes, agravada pela escassez de receitas alfandegárias ou de divisas remetidas pelos emigrantes. Apesar da resposta lenta e tardia aos constantes pedidos de apoio à República, em 1941 existiam mortos de fome nos Açores, não por falta de alimento, importado das colónias africanas, mas pelo seu preço e falta de emprego, sendo este o contexto em que o contingente expedicionário encontra as ilhas, priorizando-se por ordem do Estado, a ajuda aos militares e aos animais que os acompanhavam.

Estendendo-se das três ilhas guarnecidas a outras duas, priorizando-se a vigilância nas restantes, o governo liderado por António de Oliveira Salazar não projetou (ou não teve interesse) as repercussões, uma vez que as ilhas não estavam preparadas para os receber em tão pouco tempo, falhando, logo de início, questões básicas como a alimentação e a água. Sem estudos prévios e reforço de estruturas (nem aviso do que se esperava fazer chegar) a rede de canalização e de produção/armazenamento de alimentos colapsou perante a necessidade de assegurar um regular apoio externo a partir do continente, salvando-se pela tradicional solidariedade das restantes ilhas, embora condicionadas às contrariedades, por exemplo climatéricas, e aos muitos interesses económicos. A falta de transportes, o aumento das tarifas alfandegárias, dos fretes e o tabelamento por parte das autoridades civis e militares desencorajariam os produtores de abastecer mercados como os da Horta, Ponta Delgada e Lisboa, correndo o risco de concorrência num sistema logístico desorganizado que podia fazer chegar ao mesmo tempo e após meses de escassez, gado do sul do país.

O prometido apoio do poder central, nomeadamente no reforço às unidades expedicionárias surge na prática limitado e atrasado, sem corresponder às reais expectativas deixando os comandos, as unidades, as autoridades e a população lançadas um pouco à sua sorte, padecendo em última instância o Povo, dado

---

11 AAVV, 2008

os vastos poderes dos militares, embora em diferentes dinâmicas por ilha. Neste contexto, não só a visita do Presidente da República como a implementação do Emissor Regional (1941), trariam alento aos locais. A presença das forças militares portuguesas e estrangeiras faria despoletar algum comércio interno, dinamizando freguesias, vilas e cidades inovando-as pelas esplanadas, restaurantes, frutarias, bares, etc., desenvolvendo-se um pouco e por onde os militares andavam, postos telefónicos, chafarizes, edifícios, estradas, etc., criando-se ou duplicando-se até em alguns casos, a rede de canalização ou de eletricidade. Em consequência, alguns municípios rejuvenescem os seus limitados orçamentos que, com o apoio das limitadas verbas das juntas gerais e as ambicionadas participações do Estado, fizeram evoluir quase no final do conflito, importantes planos de urbanismo ou obras como estradas e reservatórios, preparando-se o ciclo seguinte no que concerne por exemplo, às escolas dos Planos dos Centenários.

Este difícil equilíbrio, forçadamente encontrado entre militares e ilhéus acabou por resultar de uma chegada intempestiva dos primeiros a uma realidade que não lhes havia sido descrita à partida, na capital. À chegada aos portos de destino, os comandantes eram confrontados com a necessidade de requisitar casas, expulsando os moradores ao dito *preço justo*, confrontando-se normalmente com habitações velhas e degradadas, com precisão de urgentes obras de adaptação ao nível de telhados, sobrados, canalizações, cozinhas e esgotos. Esgotadas as reservas financeiras iniciais, tornava-se regular para além da falta de financiamento, materiais como combustíveis, borracha, ferro, pregos ou mesmo fardamento, gerando o receio de incapacidade de lutar por ausência de meios. A contribuir, a ausência de importantes quadros técnicos como mecânicos de armamento ou de aviação, obrigando à reparação de pequenas avarias no continente, deixando a arma a fazer vista, durante meses.

A dotação de material das unidades era, já de si, desajustada para o volume de serviço com que se depararam nas ilhas, em especial no caso da Engenharia. Em alguns casos já faltara à partida, tornando-se frequente os erros nas especificidades ou na expedição, trocando-se a ilha de destino. A má qualidade dos aquartelamentos, mesmo quando construídos de raiz; a escassez e repetição de alimentação; a falta de água, de verbas, de materiais e de infraestruturas como estradas e pontes, colocavam em causa o esforço militar e civil no seu conjunto, em especial se em contexto de emergência. Por falta de prévios e rigorosos estudos, os comandos rapidamente se aperceberam da limitada quantidade de material, sabendo-se hoje provavelmente incapaz de sustentar a invasão projetada pelos americanos, por exemplo a 22 de junho de 1941<sup>12</sup>. Por exemplo, a única referência aos espalhões CTR 25 cm que a Engenharia encontrou à chegada à Espalamarca (Horta) foram bandeirolas. A Artilharia de Campanha no sector central de São Miguel temia não se colocar em posição de forma célere, por ter de se mover em estreitas estradas de terra, limitadas por muros altos e valas

---

12 Telo, 1993.

profundas quando não exposta ao fogo inimigo, por serpentearem junto ao mar. Se as difíceis condições meteorológicas camuflavam a sua progressão, ajudando na defesa, bastaria um número pequeno de fogos bem-sucedidos para as colocar inoperacionais, sendo as vias alternativas, piores. Caso os problemas não se colocassem por esta via, seria de esperar sempre outros como a falta de material acessório ao tiro e mesmo suplentes.

Pelo exposto torna-se evidente que o principal problema foi a falta de um planeamento maduro e respetivo envelope financeiro, a tempo e horas, para a campanha nos Açores, assente nas especificidades dos ramos e das armas, em cada ilha e do arquipélago no seu conjunto. Afastado do continente, sobrepovoado e com escassos meios alimentares e de transportes, militares e população açoriana tiveram de se harmonizar num apoio mútuo, aguardado que o conflito não lhes tocasse diretamente, contando com apoios tardios e ocasionais por parte da República, igualmente empenhada na gestão da economia de guerra e defesa do império. Contudo, nos Açores, viaturas militares incendiaram-se em novas garagens em virtude de a humidade penetrar nos sistemas elétricos, por falta de verbas para pagar as portadas.

Luís Salgado de Matos em *Nova História Militar*<sup>13</sup> ajuda-nos a perceber esta dicotomia ao referir que já do antecedente, Portugal era um Estado sem dinheiro pelo que “[...] o esforço financeiro durante a guerra foi dos mais elevados da história portuguesa [...]”<sup>14</sup>. Posiciona os encargos em cerca de 42% da despesa pública efetiva (1940) para cerca de 64.000 homens, um efetivo que se mantinha desde 1930. Duplicá-lo-ia para 1944, para cerca de 132.000 militares, baixando a despesa pública para cerca de 38%. Ou seja, mais do dobro do efetivo para menos despesa pública efetiva com os militares<sup>15</sup>. É claramente o reflexo de um país pobre e sem capacidade de fazer face a tal esforço financeiro, percebendo-se a tímida desmobilização logo em janeiro desse ano. Muito mais se podia dizer sobre as diferentes organizações mas, a título de remate, veja-se a recomendação do Estado para combate aos incêndios dos aguardados bombardeamentos aéreos em larga escala: a centenária dupla de baldes, um de areia e outro para transporte de água.

Como Fernando Rosas aponta<sup>16</sup>, a economia portuguesa é que padecia de males que não permitiria fazer muito melhor no apoio aos militares, optando-se mais pela estratégia de “tropa em força” para os Açores e depois logo se verá, perdendo-se gradualmente o interesse nas ilhas após a tomada aliada do norte de África e da Sicília; recuo da atividade submarina no Atlântico e das tropas alemãs, a partir de 1943. As consequências do ataque a União Soviética retiraram em parte, pressão à concretização da operação *Félix*, facilitando a opção estatal de

---

13 AAVV, 2003.

14 Matos, 2004: 155.

15 AAVV, 2004.

16 Rosas, 1995.

lentamente ir “fechando a torneira” às unidades expedicionárias, deixando-lhes a habilidade de cumprir a missão em articulação com as entidades açorianas.

Esta união de esforços refletia-se no apoio social e em várias áreas económicas, caso da luta contra a concertação de preços, em especial nos serviços e nos materiais de construção civil, área duplamente afetada pelo Estado: para além da sua falta (ou de verba), as obras militares que facilmente absorviam mão-de-obra faziam subir o preço da jorna, por exemplo dos camponeses, caso não se recorresse à migração de outras ilhas. Dada a falta de transporte e a tutela na organização pelo Comissariado do Fundo de Desemprego, a migração de desempregados das ilhas mais povoadas para as mais escassas em mão de obra é lenta e pouco eficaz, à exceção das céleres infraestruturas aeroportuárias em Lajes e Vila do Porto.

A António de Oliveira Salazar interessava sustentar um inimigo que viria de qualquer quadrante, devendo a resistência ser feita até ao último homem, batendo-o no mar o máximo de tempo possível. Em caso de recuo para as montanhas, desenvolver um canal pelo interior da ilha visando um rápido apoio à resistência/guerrilha e à entrada de tropas amigas, a partir de portos nos extremos da ilha. Defesa típica de um país de fracos recursos económicos e assente no ramo terrestre, mais barato de equipar e de manter, os meios navais e aéreos seriam limitados e tecnologicamente evoluídos à década anterior, realizando um papel mais simbólico do que prático, à exceção dos hidroaviões da marinha que não só transportaram correio e medicamentos como efetuaram socorro a náufragos.

Ordenaria uma atenção especial aos estrangeiros até mesmo porque as elites dividiam-se, como a comunicação social local atesta. A suposta paranoia do Brigadeiro Carlos Maria Ramires (1941) terá tido fundamento por se saber da grande ingenuidade de civis e instituições, que explicavam o dispositivo a quem perguntasse; da apreensão de publicidade beligerante; da descoberta de símbolos em estruturas de abastecimento de água a Ponta Delgada ou no ataque às guardas dos paíóis da Marinha e Exército em Capelas (São Miguel).

Em resumo e estruturalmente, a II Guerra Mundial dos Açores acaba por seguir a lógica da I Guerra Mundial<sup>17</sup>, apesar das enormes e aparentes diferenças. Em ambas, a disputa pelo mar dos Açores e controlo do Atlântico Norte conduziu à escassez de transportes marítimos que, impostos pelo Estado e operados a elevado custo para os locais, conduzem a uma inflação florescente a par da diminuição das exportações, falta de mercados, custo de frete e residual chegada de importações, gerando despedimentos e miséria social. A acompanhar a rápida queda de receita alfandegária, junta-se a incapacidade de pagar impostos diretos e indiretos, pelo que os poderes locais, principais entidades a serem pressionadas pelo povo, acabam por não dispor de recursos financeiros para gerar emprego público de forma a absorver o desemprego, apesar de o tentar fazer. Em efeito de “bola-de-neve”, a falta de verba agrava ainda mais as importações, fazendo

---

17 Rezendes, 2014.

escassear bens essenciais, fomentando especulação e inflação que, espalhado ao tecido económico gera uma recessão civilizacional patente por exemplo, na falência da companhia de Luz das Flores; no desaparecimento do petróleo e consequente retrocesso, para quem podia pagar, à iluminação por óleo de baleia, um material autóctone.

A missão cumpre-se pelo espírito de equipa e resiliência entre autoridades civis e militares, procurando-se na concórdia, a resolução dos problemas. Ultrapassada a fase crítica da guerra e afastado o perigo de invasão à Península Ibérica, a desmobilização militar deixou importantes infraestruturas um pouco por todas as freguesias, desde postos telefónicos a aeródromos; de estradas e edifícios a fontanários num legado incontestável de bem feitorias. Havia também dinamizado o estagnado comércio local, constituindo uma lufada de ar fresco na socialização das populações, contribuindo para a melhoria das condições de vida dos açorianos. Muitos destes expedicionários acabaram por ficar, não chegando a entrar em confronto pelo que será de concluir que a missão foi cumprida, apesar de todas as falhas. Subsiste a dúvida de um verdadeiro teste, marcado para inícios do verão de 1941, numa altura em que o dispositivo final de defesa estaria longe de estar concluído.



11. Farda Soldado n.º 581/41, Fernando Borges, do 1.º Batalhão Expedicionário do R.I.

## **Bibliografia.**

AAVV – *Açores na II Guerra Mundial*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2007.

AAVV – “Açores e as dinâmicas do Atlântico: do descobrimento à segunda guerra mundial”. In *Atas do II colóquio internacional*, realizado em Angra do Heroísmo, de 28 de julho a 2 de agosto de 1987. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989.

AAVV – *Nova História Militar de Portugal*. Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores e Autores, Vol. 4, 2003.

AAVV – *Franklin Roosevelt e os Açores nas duas Guerras Mundiais*. Lisboa: Governo Regional dos Açores/Fundação Luso-americana para o Desenvolvimento, 2008.

AAVV – *História dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, Vol. 2, 2008.

ANDRADE, L. – *Os Açores, a política externa portuguesa e o Atlântico*. Ponta Delgada: Letras Lavadas, 2013.

ANTUNES, J. F. – *Roosevelt, Churchill e Salazar. A luta pelos Açores, 1941 – 1945*. Madrid: Ediclube, 1995.

\_\_\_\_\_ – “A invasão dos Açores parada pela Operação Barbarossa”. In *Os Açores e a II Guerra Mundial*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2007.

BAYLIN, B. – *Atlantic History – Concept and Contours*. London: Harvard University Press, 2005.

BESSA, C. – *A libertação de Timor na II Guerra Mundial. Importância dos Açores para os interesses dos Estados Unidos: subsídios históricos*, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1992.

CABRAL, H. e Alegria, P. – *Aviação Naval – Asas da Marinha*. Lisboa: Contra a Corrente, 2023.

CARDOSO, E.P.C. – *História da Força Aérea Portuguesa*. Lisboa: Cromocolor, 3.º Vol., 1984.

CARRILHO, M. – *Portugal na Segunda Guerra Mundial: contributos para uma reavaliação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

COSTA, M. P. C. – *U-Boats nos mares dos Açores – Batalha do Atlântico (1939-1945)*. Horta: Associação de Defesa do Património da Ilha do Pico, 2012.

CRUZ, M. B. – *Correspondência de Santos Costa (1936 – 1982)*. Lisboa: Verbo, 2004.

DART, H. – “Um episódio da Segunda Guerra Mundial nos Açores”. In *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, n.º 222013.

EISENSTADT, S. N. – *The Political Systems of Empires*. New York-London: The Free Press of Glencoe, Collier-Macmillan, 1963.

- FERREIRA, J. M. – “Ilhas e Arquipélagos: neutralidade e zonas de influência”. In *Os Açores e a II Guerra Mundial*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2007.
- Grave, J. A. G. – *Os Açores na Segunda Guerra Mundial – A visão Interna*. Tese de Mestrado. Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade dos Açores, 2000.
- GERHARD, W. – *A World at War: A Global History of World War Two*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- HERZ, N. – *Operação Alacrity – Os Açores e a Guerra no Atlântico*. Ponta Delgada: Naval Institute Press/Município de Vila do Porto, 2004.
- HOWORTH, A. H. – *A Aliança Luso-Britânica e a Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: E.N.P., 1956.
- LEZCANO, V. M. – “Canarias, Azores y Cabo Verde durante la Batalla del Atlantico (Junio 1940-Septiembre 1943)”. In *Anuario de Estudios Atlánticos*. Las Palmas: Patronato de la Casa de Colon, Vol. 23, 1977.
- MACHADO, E. – *Recordando nas duas Grandes Guerras*. S.l., 1959.
- MENESES, A. F. – *As Lages da ilha Terceira – Aspetos da sua História*. Ponta Delgada: Nova Gráfica, 2001.
- MENEZES, M. S. – *A Defesa dos Açores durante a II Guerra Mundial*. Lisboa: Pentaedro, 1988.
- MENEZES, M. S. – “As facilidades concedidas nos Açores a ingleses e americanos em oito de outubro de 1943”. In *Os Açores e a II Guerra Mundial*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2007.
- OLIVEIRA, J.E.F. – *Aeroporto de Santa Maria 1946 – 1996, Aeroportos e Navegação Aérea*. Ponta Delgada: Coingra, 1996.
- OSIANDER, A. – *The states system of Europe – 1640-1990 – Peacemaking and the conditions of international stability*. Oxford: Clarendon Press, 1994.
- REZENDES, S. – “A bateria da Castanheira em Ponta Delgada: da II Guerra à atualidade”. In *Atlântida*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, Vol. LIII, 2008.
- \_\_\_\_\_ – *A Grande Guerra nos Açores - Memória Histórica e Património Militar*. Ponta Delgada: Letras Lavadas, 2014.
- \_\_\_\_\_. – *A II Guerra Mundial nos Açores - Receios, privações e miséria num ambiente de prevenção armada*. Lisboa: Caleidoscópio, 2019.
- \_\_\_\_\_ – II Guerra Mundial, 2008 in <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=9835> (consultado em 16-06-2023).
- RILEY, C. – “A baleia dos ares os Clippers da Pan American e a cidade da Horta no decurso da Segunda Guerra Mundial”. In *O Mar na história, na Estratégia e na Ciência*. Lisboa: Fundação Luso-Americana, Tinta-da-China Edições, 2013.

- RODRIGUES, L.N. – *A Legião Portuguesa: a milícia do Estado Novo (1936-1944)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- RODRIGUES, L. N. – *No coração do Atlântico – Os Estados Unidos e os Açores (1939-1948)*. Lisboa: Editora Prefácio, 2005.
- ROSAS, F. – *Portugal entre a paz e a guerra: Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas 1939-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- RUSSETT, B.M. – *Community and Contention: Britain and America in the Twentieth Century*. Westport Connecticut: Massachusetts Institute of Technology, Greenwood Press Publishers, 1963.
- S/A – *A Legião Portuguesa*. Póvoa do Varzim: A.C. Calafate Herds. Lda, s/d.
- STEVENS, D. – “Franklin D. Roosevelt and the Azores Delemma, 1941”. In *Historian*. Arkansas: Phi Alpha Theta History Honor Society, vol.54, n.º 41992.
- TELO, A. J. – *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1989-1948)*. Lisboa: ASA, 1993.
- TELO, A. J. – “Os Açores e a neutralidade portuguesa”. In *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 2009.
- VINTRAS, R. E. – *História secreta da Base dos Açores*. Lisboa: Ulisseia, 1974.
- WEISS, K. G. – *The Azores in Diplomacy and Strategy, 1940-1945*. Virginia: Center For Naval Analyses, 1980.
- HERZ, Norman – “Covering the Azores Gap in World War II”. in <http://warfarehistorynetwork.com/daily/wwii/covering-the-azores-gap-in-world-war-ii/> (consultado em onze de março de 2023)].
- ROCHA, Alexandre Luis Moreli – “L’archipel portugais des Açores dans le contexte de la transition vers le Conflit Est-Ouest (1946-1947) ’atlantisme et la fin du contrôle anglais sur l’océan)”. In *Bulletin de l’Institut Pierre Renouvin*. France: n.º 27 (consultado em 26-05-2023).
- ROCHA, Alexandre Luis Moreli – “As pressões dos Aliados e a evolução da política externa portuguesa entre 1942 e 1943: da neutralidade à colaboração”. In *Revista de História*, n.º 161, Brasil, Departamento de História da Universidade de São Paulo: 113-144, (consultado em 26-05-2023).
- ROOSEVELT, Franklin, Rubber – *A Vital WWII Commodity* in <http://www.nationalww2museum.org/assets/pdfs/rubber-in-world-war-ii-fact.pdf> (consultado em 26-05-2023).

## SÉRGIO REZENDES

Licenciado em História e Ciências Sociais (Via Ensino), Mestre em Património, Museologia e Desenvolvimento e Doutor em História Insular e Atlântica (séculos XV-XX) pela Universidade dos Açores. Entre 2000 e 2010 foi subdiretor do Museu Militar dos Açores. A sua produção museológica e bibliográfica centra-se nos Açores da I metade do século XX, nomeadamente durante as Guerra Mundiais e enquanto destino de degredo e prisão política. Atualmente é Vereador da Cultura, Educação, História, Património e Logística da Câmara Municipal de Ponta Delgada.



Citar este texto:

REZENDES, Sérgio – Receios, Privações e Miséria Num Ambiente de Prevenção Armada: Ecos da II Guerra Mundial nos Açores - Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945. Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano III, nº 4 (Junho 2023); <https://doi.org/10.56092/FWBM1414>